

CICLOS POLÍTICOS X FUNÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: UM ESTUDO ACERCA DA INFLUÊNCIA DOS ANOS ELEITORAIS SOBRE AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DOS MUNICÍPIOS MÉDIOS BRASILEIROS

Flaviana Lacerda de Freitas¹, Antônio Erivando Xavier Júnior²

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência dos anos eleitorais sobre as despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros. Para isto, foi analisado o período compreendido entre os anos de 2003 a 2016, compondo quatro ciclos eleitorais. As despesas foram classificadas por funções. As variáveis dependentes correspondem as funções orçamentárias e as variáveis independentes são dummies que indicam se o ano é eleitoral (AE) e se houve reeleição do prefeito ou coligação/partido (RPC). Foram utilizadas variáveis de controle que representaram as regiões e também se os prefeitos pertencem a mesma coligação dos governadores dos estados (GOV). A técnica econométrica utilizada foi dados em painel balanceados com efeitos fixos. De acordo com os resultados, há evidências de que os prefeitos quando reeleitos aplicaram um percentual maior de recursos nas funções administração, assistência social e urbanismo. Verificou-se também que o fato de o prefeito pertencer a mesma coligação do governador influenciou negativamente as funções educação, cultura e esporte e lazer. A variável ano eleitoral foi insignificante em todas as funções analisadas. Observa-se que, apesar de não ter sido constatado influência significativa do ano eleitoral na composição dos gastos, há evidências da existência de ciclos políticos para o período em análise, pois os resultados apontam manipulação de algumas funções orçamentárias quando há reeleição do prefeito ou da coligação, indicando que os prefeitos tendem a manipular a composição das despesas públicas com o objetivo de suprir seus próprios interesses políticos e eleitorais.

Palavras-chave: Ciclos Políticos. Funções Orçamentárias. Eleições.

1 INTRODUÇÃO

O resultado das eleições em todas as esferas está diretamente ligado ao desenvolvimento da economia, seja municipal, estadual ou federal. A sociedade está cada vez mais exigente com a maneira de governar dos políticos, sempre buscando mais resultados e transparência dos recursos públicos utilizados. Ciente de que os eleitores estão cada vez mais atentos e em busca de resultados, os *policymakers* (formuladores de políticas) jamais utilizam políticas que desagradem a população em véspera de eleições como, por exemplo, demissões ou aumento de impostos. A partir destas discussões surgiram os primeiros estudos acerca do comportamento dos *policymakers* em tempos de eleições.

¹ Bacharelanda em Ciências Contábeis.

² Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

A Teoria do Ciclos Políticos teve como um de seus principais precursores Downs (1957), segundo o qual, numa democracia, os partidos políticos em busca de votos agem de maneira semelhante aos empresários que buscam a maximização de lucros, sua função social é executada por motivações privadas. Ao enxergar a política como um “mercado”, os políticos são os que tentam “vender seus produtos”, e os cidadãos se comportam como “consumidores” que irão escolher os produtos que melhor atendam às suas necessidades. Desta forma, os policymakers conduzem suas políticas de maneira a desviarem a economia do “socialmente ótimo” para alcançar sucesso nas eleições, manipulando as funções de maior visibilidade para a sociedade.

Nordhaus (1975), um dos pioneiros na modelagem de ciclos políticos, parte do pressuposto de que os políticos procuram formular situações econômicas que pareçam favoráveis para a sociedade, no intuito de se manter no poder. Em sua conjectura, os eleitores possuem memória curta, e votam pelo que estão vendo de imediato, sendo o passado e as promessas de futuro fatores de menor peso para a escolha de seus representantes, desta maneira, os políticos fazem uso de determinados artifícios para angariar votos e garantir seu lugar no poder, deixando, na maioria das vezes, para concentrar todos os esforços de gastos e investimentos orçamentários no ano de eleição.

Rogoff e Sibert (1988) não corroboram com Nordhaus em relação a memória dos eleitores. Para eles, o que ocorre é uma assimetria informacional entre os policymakers e a população, uma vez que esta última não tem acesso às informações privilegiadas as quais esses agentes políticos manipulam, limitando assim a possibilidade de uma análise concreta do eleitor quanto a competência do candidato a se manter no poder. Rogoff (1990) chegou a conclusão de que as manipulações não ocorrem apenas nas variáveis macroeconômicas, acontecem também em variáveis fiscais, tais como: despesas orçamentárias, despesas correntes, investimentos, entre outras, e a partir destas constatações, o autor introduziu na literatura o denominado *political budget cycle* (ciclo político-orçamentário).

Inúmeras pesquisas identificaram a existência de ciclos políticos em variáveis fiscais (KLUMP E HAAN, 2013; BRUN-MARTOS E BALAGUER-COLL 2013; VEIGA E VEIGA 2007 a; VERGNE 2009). A nível nacional também encontramos pesquisas que comprovam a existência de ciclos eleitorais nos gastos totais e também em determinadas categorias de despesas públicas como Sakurai (2009), Vicente e Nascimento (2012), Sakurai e Menezes-Filho (2008), dentre outros.

Tomando por base as pesquisas que evidenciam a manipulação de gastos nas variáveis fiscais em período eleitoral, surge o questionamento: qual a influência dos anos eleitorais sobre as despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros?

O objetivo desta pesquisa é analisar a influência dos anos eleitorais sobre as despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros. A amostra deste estudo é composta por municípios classificados de médio porte, com população entre 100 e 500 mil habitantes. O período utilizado para a análise é compreendido entre os anos de 2003 a 2016, abrangendo tanto os gastos executados em períodos eleitorais quanto os gastos durante todo o mandato do prefeito eleito. Esta pesquisa está delimitada aos municípios de médio porte por estes estarem distribuídos em todas as regiões geográficas e por estarem em condições de determinada semelhança com relação aos gastos e, também, pela disponibilidade de informações. A despesa pública será classificada por funções orçamentárias e o período identificado em ano eleitoral ou ano não eleitoral.

A diferença entre esta pesquisa e a de Silva et al. (2017) está no fato de a autora ter analisado os estados brasileiros, e também, porque serão utilizados dados mais recentes que compreenderão quatro períodos eleitorais. Neste sentido, a pesquisa visa contribuir para a literatura acerca dos ciclos políticos-orçamentários brasileiros identificando se o período eleitoral influencia nas manipulações das despesas orçamentárias dos municípios de médio porte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS

A Teoria dos Ciclos Políticos foi fundamentada por Downs (1957) a partir da teoria econômica, onde foi verificado que os políticos agem de maneira análoga aos empresários, pois as motivações para que eles realizem sua função social são oriundas de interesse privado. O autor tem como hipótese central a ideia de que os partidos políticos visam apenas sua manutenção no poder, portanto, formulam políticas públicas a fim de angariar votos e conquistar tal objetivo. Nesse sentido, segundo Downs, em uma democracia o governo interessa-se prioritariamente pela maximização dos votos, renda e prestígio. Downs (1957) utiliza-se também da máxima que afirma que os eleitores possuem determinada racionalidade na hora da escolha do voto, pois opta por aquele candidato ou partido que ele acredita que lhe trará maiores benefícios ao ganhar as eleições.

Nordhaus (1975) faz uso de um modelo de escolha pública intertemporal, onde tem como fator decisivo para a escolha do eleitor o *trade-off* inflação-desemprego. Segundo o autor, os eleitores têm preferência por baixo desemprego e baixa inflação, logo, essas variáveis são cruciais para a decisão do voto e influencia diretamente o comportamento dos eleitores em períodos eleitorais. Nordhaus (1975), ao examinar o *trade-off* inflação-desemprego através da curva de *Phillips*, nos mostrou a ação dos *policymakers* para tentar manipular os votos dos eleitores a favor de seu partido. Para o autor, a taxa de desemprego é declinante ao longo do mandato, pois próximo da eleição a intenção é que se crie um ambiente aparentemente favorável, com baixo índice de desemprego. Porém, com o baixo desemprego a inflação tende a aumentar e, ao passar o período eleitoral, o partido vitorioso adota medidas para contornar a situação, aumentando a taxa de desemprego a fim de combater a inflação gerada por ele mesmo durante o ciclo político-econômico (*Political Business Cycle*).

Nordhaus (1957) corrobora com a ideia de Downs de que os partidos políticos buscam apenas a maximização de votos para se manterem no poder, para tanto, fazem uso de políticas públicas que criam uma condição econômica supostamente favorável à sociedade a fim de aumentar a probabilidade de se reelegerem. Nessas condições, o autor considera os eleitores “míopes”, pois, sendo eles leigos quanto ao *trade-off*, desconhecem as manipulações praticadas pelos gestores para a criação de um ambiente ideal e tendem a basear sua opinião política priorizando eventos recentes, visto que possuem memória decrescente, ou seja, o peso dos eventos mais recentes é maior do que os eventos passados.

Segundo Hibbs Júnior (1977), os partidos seguem uma lógica para formularem suas políticas em busca de captação de votos, uma vez que as diferentes classes sociais buscam um ambiente econômico que lhe agrade e este diferencia-se entre os grupos de eleitores. Enquanto a classe social baixa da população busca um ambiente com baixo desemprego, a classe alta preocupa-se com a alta inflação, sendo assim, um cenário de baixo desemprego e alta inflação agrada as camadas mais baixas da sociedade, ao contrário disso, um cenário de alto desemprego e baixa inflação agrada as camadas mais nobres da população. O autor explica que os partidos de esquerda preocupam-se mais em diminuir o desemprego, mesmo que a inflação aumente, já os partidos de direita e de centro buscam uma inflação mais baixa, não interessando o desemprego, uma vez que a fatia da população que opta por essa orientação ideológica é de classe alta e sofre com perdas quando a inflação se eleva. A partir disso, Hibbs (1977) chegou à conclusão de que os partidos políticos buscam políticas que sejam favoráveis às camadas sociais que eles consideram ser o núcleo de sua política eleitoral.

Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) não corroboram com Nordhaus (1975) e, partindo das ideias iniciais de ciclos políticos econômicos, sugerem um certo refinamento da

teoria, afirmando que os ciclos políticos devem ser observados nos instrumentos da política fiscal. Os autores partem da ideia de que existe uma assimetria informacional que prejudica a escolha do eleitor, uma vez que os partidos políticos são privilegiados por ter acesso a determinadas informações acerca de indicadores da gestão e, com essas informações em mãos, podem manipular o cenário em que está inserido. Às vésperas de eleições os *policymakers* irão estabelecer medidas que melhorem a imagem do gestor perante a sociedade, para isso irá focar seus esforços em variáveis fiscais que provoquem maior visibilidade à população, como por exemplo: despesas orçamentárias, gasto com pessoal, investimento, entre outras. Rogoff (1990) introduziu na literatura o denominado *political budget cycle* (ciclo político-orçamentário) que parte da premissa de que, em períodos eleitorais, os políticos se esforçam para adotar uma política fiscal expansionista, reduzindo impostos ou elevando gastos públicos com a finalidade de sinalizar para os eleitores uma provável competência administrativa.

2.2 CICLOS POLÍTICOS ORÇAMENTÁRIOS E RESULTADOS ELEITORAIS

Peltzman (1992), um dos pioneiros acerca dos estudos sobre a relação entre a manipulação de gastos e resultado das eleições, avaliou as eleições para presidente, senadores e governadores dos Estados Unidos entre 1950 e 1988. Seus estudos concluíram que os eleitores penalizam o crescimento das despesas governamentais, e que isso independe de onde as despesas estejam sendo executadas.

Veiga e Veiga (2007 a) investigaram os ciclos políticos nos municípios portugueses, a amostra foi composta por 275 municípios no período compreendido entre 1979 a 2001. Os resultados fornecem evidências de que há um comportamento oportunista por partes dos gestores locais. Os estudos revelaram o aumento de gastos nos períodos pré-eleitorais, especialmente em investimentos que têm maior visibilidade para o eleitorado, tentando sinalizar uma certa competência para os períodos eleitorais.

Brender e Drazen (2008) utilizou uma amostra de 74 países entre 1960 e 2003, analisando como os déficits orçamentários e o crescimento econômico afetam as perspectivas de reeleição. Em seus resultados não foram encontradas evidências de que os déficits em anos eleitorais ajudam a reeleição em qualquer grupo de países sejam eles desenvolvidos ou menos desenvolvidas, novas ou antigas democracias. Nos países desenvolvidos e nas antigas democracias, esses déficits reduzem a probabilidade de reeleição de um gestor. Já em países menos desenvolvidos, as taxas de crescimento mais elevadas do PIB real per capita aumentam a probabilidade de reeleição

Vergne (2009) utiliza dados de 42 países em desenvolvimento de 1975 a 2001, em busca de evidências de impactos eleitorais na alocação de gastos públicos. Os resultados mostram que a despesa pública do ano eleitoral se desloca para despesas correntes mais visíveis, principalmente salários e subsídios, e se afastam das despesas de capital.

Brun-Martos e Balaguer-Coll (2013) investigaram o efeito da despesa municipal sobre a probabilidade de reeleição nos municípios espanhóis, no período de 2000 a 2007. Os resultados da pesquisa mostraram que o aumento das despesas municipais em períodos pré-eleitorais impactam positivamente nas chances de reeleição do gestor. Foram detectadas também, outras variáveis que aumentam as chances de reeleição, como o volume de receitas de transferências, ser partido de direita e o partido ter ganhado com maioria absoluta a eleição anterior. Porém, se o prefeito estiver a vários anos a frente do cargo gera um impacto negativo, mostrando que há uma perda de popularidade com o passar do tempo.

Klomp e Haan (2013) analisaram se a política fiscal é afetada pelas eleições. Numa amostra de 65 países democráticos entre os anos de 1975 e 2005, os autores encontraram evidências de ciclos políticos orçamentários nos mais diversos países, tanto em novas democracias quanto em democracias já estabelecidas. Nesses países, as políticas

orçamentárias motivadas pelas eleições têm um efeito positivo, porém, relativamente pequeno sobre o apoio eleitoral. Talvez por essa razão a política fiscal é usada para fins eleitorais em apenas alguns países.

Quadro 1: Resumo de alguns trabalhos internacionais acerca do estudo dos Ciclos Políticos

Autores/Ano	Área pesquisada	Conclusões
Peltzman (1992)	País e estados	Os eleitores penalizam o crescimento das despesas governamentais
Veiga e Veiga (2007 a)	Municípios	Há um aumento de gastos nos períodos pré-eleitorais, especialmente em investimentos que têm maior visibilidade para o eleitorado
Brender e Drazen (2008)	Países	Nos países desenvolvidos e nas antigas democracias, déficits reduzem a probabilidade de reeleição de um gestor
Vergne (2009)	Países	A despesa pública do ano eleitoral se desloca para despesas correntes mais visíveis
Brun-Martos e Balaguer-Coll (2013)	Municípios	O aumento das despesas municipais em períodos pré-eleitorais impactam positivamente nas chances de reeleição do gestor
Klomp e Haan (2013)	Países	As políticas orçamentárias motivadas pelas eleições têm um efeito positivo, porém, relativamente pequeno

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Percebe-se que o comportamento eleitoral ao redor do mundo é variável, não existe uma conduta fechada. Nos países com democracia mais antiga a tendência é de que os eleitores sejam mais conservadores e punam os partidos políticos que aumentam os gastos, diminuindo sua probabilidade de se manterem no poder mas, isso não quer dizer que também não possa ocorrer de os eleitores serem influenciados pelas políticas adotadas em anos eleitorais. Já nas pesquisas que se dedicaram aos municípios nota-se que gastos em períodos pré-eleitorais têm impacto positivo nas chances de recondução do partido ao poder.

2.3 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS NO BRASIL

Sakurai (2005) partiu do raciocínio de Rogoff e Silbert (1988) e Rogoff (1990) em busca de evidências de ciclos políticos orçamentários nos municípios paulistas entre os anos de 1989 e 2001, englobando três eleições municipais numa amostra de 572 municípios. Os resultados de sua pesquisa apresentaram evidências de impulsos positivos em anos eleitorais na despesa orçamentária das unidades selecionadas e em nenhum dos casos foram obtidas evidências de racionalidade dos eleitores, de acordo com o previsto pela teoria dos ciclos eleitorais racionais.

Carvalho e Oliveira (2009) analisaram o comportamento das prefeituras do Rio de Janeiro acerca dos gastos públicos e sua relação com anos eleitorais, entre os anos de 1998 e 2006. De acordo com os resultados obtidos estatisticamente, os prefeitos realizam superávits financeiros em anos que precedem as eleições para que estes sejam “descarregados” nos anos eleitorais, sendo as variáveis “Transporte” e “Despesas Legislativas” as que mais sofreram manipulações de caráter eleitoral.

Sakurai (2009) teve como propósito fundamental investigar evidências de ciclos eleitorais e partidários nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros, entre os anos de 1990 e 2005. Seus resultados propõem que o ciclo eleitoral é observado de forma mais expressiva em algumas funções específicas como: saúde e saneamento, assistência e previdência, habitação e urbanismo e transportes. E em outras funções os ciclos eleitorais impactam negativamente, como é o caso das funções agricultura e legislativa. Tais resultados sugerem que, em anos eleitorais, a composição do orçamento é ajustada, com algumas funções sofrendo expansões e outras, retrações. O autor também constatou que fenômeno do ciclo partidário é existente, mas de forma relativa e específica a algumas funções orçamentárias, pois partidos de esquerda e de direita realizam maiores empenhos de recursos nas funções saúde e saneamento porém, realizam menores despesas nas funções habitação e urbanismo e educação e cultura.

Arvate, Mendes e Rocha (2010) analisaram a preferência dos eleitores municipais brasileiros na eleição de 2000, e concluíram que os mesmos têm uma certa preferência por prefeitos que aumentam o gasto público. Os autores obtiveram evidências também de que diferentes níveis de escolaridade dos eleitores impõem resultado diferente nos gastos. Um eleitorado com um alto nível de alfabetização se comporta de maneira conservadora quanto às distorções fiscais, uma vez que castiga os prefeitos que aumentam a dívida durante seu mandato

Vicente e Nascimento (2012) partiram de uma amostra de 3.404 municípios brasileiros entre os anos de 2000 e 2008, buscando identificar se os governantes se comportam de maneira oportunista para garantir sua permanência no poder ou a permanência de seus aliados políticos. Seus resultados confirmam a teoria de que a assimetria informacional tem influência significativa nos ciclos políticos, uma vez que os eleitores não têm acesso a informações privilegiadas e isso influencia na sua decisão na hora do voto, já os políticos cientes disso, se aproveitam de tal situação para buscar sua reeleição.

Queiroz (2015) avaliou a influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução dos partidos políticos nas eleições municipais brasileiras. A amostra foi composta de 4.025, 4.389 e 4.433 municípios nas eleições de 2004, 2008 e 2012, respectivamente. Seus resultados demonstram que, de modo geral, os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram percentuais maiores da despesa orçamentária em gastos finalísticos, reduzindo as despesas administrativas.

Queiroz *et al.* (2015) realizaram um estudo acerca da influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de reeleição do grupo político do gestor público. Foi analisado uma amostra de 1.426 municípios do nordeste brasileiro nas eleições de 2012. A pesquisa concluiu que a composição dos gastos públicos influencia de forma significativa a probabilidade de reeleição do grupo político do prefeito.

Morais (2016) analisou a influência dos ciclos políticos sobre o índice de gastos com pessoal definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, através de uma amostra composta por 145 municípios do estado da Paraíba entre os anos de 2009 a 2015. As evidências encontradas pela autora revelaram que não há relação significativa entre o índice de gastos com pessoal e a probabilidade de recondução dos partidos.

Souza (2016) avaliou a influência da composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de recondução do partido político do prefeito nas eleições dos anos de 2004, 2008 e 2012 nos municípios do nordeste brasileiro. Os resultados do autor apontaram que há uma influência significativa sobre a manipulação de gastos públicos nas chances de reeleição do grupo político do prefeito, porém não são todos os gastos públicos que impactam positivamente na recondução do partido.

Silva *et al.* (2017) analisou a influência dos mandatos eleitorais sobre as despesas orçamentárias dos estados brasileiros. A amostra da pesquisa foi composta pelos 26 estados da federação entre os anos de 2003 a 2014. A autora confirmou através da

pesquisa que houve aumento dos gastos públicos, em determinadas variáveis, em anos eleitorais por parte dos governadores legalmente reelegíveis.

Quadro 2: Trabalhos acerca do estudo dos Ciclos Políticos no Brasil

Autores/Ano	Extensão da Pesquisa	Evidências encontradas
Sakurai (2005)	572 municípios paulistas, entre 1989 e 2001	Impulsos positivos em anos eleitorais na despesa orçamentária
Carvalho e Oliveira (2009)	Municípios do Rio de Janeiro, entre 1998 e 2006	Realização de superávits financeiros em anos que precedem as eleições para que estes sejam “descarregados” nos anos eleitorais
Sakurai (2009)	Municípios brasileiros, entre 1990 e 2005	Em anos eleitorais a composição do orçamento é ajustada, algumas funções sofrem expansões e outras, retrações
Arvate, Mendes e Rocha (2010)	2.732 municípios brasileiros no ano de 2000	Os eleitores brasileiros têm uma preferência por prefeitos que aumentam o gasto público
Vicente e Nascimento (2012)	3.404 municípios brasileiros entre os anos de 2000 e 2008	Os políticos se aproveitam da assimetria informacional para buscar a reeleição
Queiroz (2015)	4.025, 4.389 e 4.433 municípios nas eleições de 2004, 2008 e 2012	Em anos eleitorais as despesas orçamentárias são majoradas
Queiroz et al. (2015)	1.426 municípios do nordeste brasileiro nas eleições de 2012	A composição dos gastos públicos influencia de forma significativa a probabilidade de reeleição do grupo político do prefeito
Morais (2016)	145 municípios do estado da Paraíba entre os anos de 2009 a 2015	Não há relação significativa entre o índice de gastos com pessoal e a probabilidade de recondução dos partidos
Souza (2016)	672 municípios nordestinos nas eleições de 2004 a 2012	Há influência significativa sobre a manipulação de gastos públicos nas chances de reeleição do grupo político
Silva et al. (2017)	26 estados da federação entre os anos de 2003 a 2014	Aumento dos gastos públicos, em determinadas variáveis, em anos eleitorais

Fonte: Elaboração Própria (2017).

É possível notar que, no Brasil, as chances de reeleição dependem de quais variáveis os partidos manipulem, tendo mais chances de se reelegerem aqueles que manipulam variáveis que possuam maior visibilidade para a população.

3 METODOLOGIA

3.1 PLANO AMOSTRAL E COLETA DE DADOS

A amostra desta pesquisa é composta por municípios brasileiros com população entre 100 e 500 mil habitantes, classificados como municípios de médio porte segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A delimitação por municípios de

médio porte, justifica-se pela possibilidade de comparabilidade devido a semelhanças econômicas e sociais.

Os dados foram coletados em bases anuais e o período de tempo utilizado para análise foi de 2003 a 2016, totalizando 14 anos e compreendendo quatro ciclos eleitorais. Logo, o estudo não se limita a dados de anos eleitorais, visto que foram analisados também os gastos ocorridos em todo o mandato do candidato eleito, com o intuito de verificar a influência da variável “ano eleitoral” sobre as funções orçamentárias. Desta forma, a amostra deste estudo foi composta conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Composição da Amostra da pesquisa

Crítérios para definição da amostra	
Todos os municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes	245
(-) Municípios com dados e informações faltantes necessárias para o cálculo das variáveis	58
(=) Amostra da pesquisa	187
(*) Quantidade de anos	14
Total de observações	2.618

Fonte: Elaboração própria (2017).

Observa-se que a amostra da pesquisa é composta por 187 municípios de médio porte, que corresponde a 76,33% do universo total dos municípios médios brasileiros, abrangendo todas as regiões geográficas do país, conforme pode ser verificado no Quadro 3:

Quadro 3: Quantidade de municípios médios por estado

ESTADO	QUANT	ESTADO	QUANT	ESTADO	QUANT
1. AC	01	10. MG	25	19. RN	02
2. AL	01	11. MS	03	20. RO	02
3. AM	01	12. MT	03	21. RR	01
4. AP	02	13. PA	10	22. RS	17
5. BA	14	14. PB	03	23. SC	11
6. CE	07	15. PE	10	24. SE	01
7. ES	09	16. PI	01	25. SP	66
8. GO	08	17. PR	16	26. TO	02
9. MA	07	18. RJ	22	TOTAL	245

Fonte: Elaboração Própria (2017).

A coleta de dados se deu pela internet, tendo sido as informações eleitorais coletadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as informações acerca dos gastos públicos dos municípios retiradas do banco de dados Finanças Brasil (FINBRA). Já as informações relacionadas a população dos municípios para compor a amostra dos municípios médios, foram retiradas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2 VARIÁVEIS UTILIZADAS E MODELO ECONOMETRICO

A Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão atualiza a discriminação da despesa por funções. Segundo a Portaria, deve-se entender por função o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, enquanto que a subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

Com base na Portaria MOG nº 42/1999, nesta pesquisa, os gastos públicos foram classificados por função orçamentária. São estimadas 11 regressões em que as variáveis dependentes são as funções orçamentárias. As funções a serem analisadas foram escolhidas tomando por base pesquisas anteriormente realizadas no Brasil (CARVALHO; OLIVEIRA, 2009; SAKURAI, 2009; QUEIROZ, 2015; SILVA ET AL., 2017) que indicam que estas funções são passíveis de manipulação pelo gestor.

Quadro 4: Funções orçamentárias utilizadas no modelo (variáveis dependentes)

Código	Função	Sigla
04	Administração	ADM
06	Segurança Pública	SEG
08	Assistência Social	ASS
10	Saúde	SAU
12	Educação	EDU
13	Cultura	CUL
14	Direitos da Cidadania	DCI
15	Urbanismo	URB
20	Agricultura	AGR
26	Transporte	TRA
27	Desporto e Lazer	DEL

Fonte: Portaria MOG nº 42/1999.

Considerando que o objetivo desta pesquisa é analisar o impacto das eleições sobre as despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros, as variáveis independentes do modelo foram apresentadas em *dummies*, por serem de natureza qualitativa, conforme Tabela 1. Caso seja ano eleitoral, será atribuído o valor 1 para a variável Ano Eleitoral (AE). Se não for ano eleitoral, atribui-se o valor 0. A segunda variável *dummy* é definida como Reeleição do Prefeito ou Coligação/Partido (RPC), indicando com o valor 1 se o prefeito foi reeleito ou a coligação/partido a qual o prefeito em exercício pertence foi reeleita, caso as condições não sejam atendidas, é atribuído o valor 0 à variável.

Tabela 2: Variáveis Independentes

Variável	Classificação	Descrição
AE	1	O ano é eleitoral.
	0	O ano não é eleitoral.
RPC	1	O prefeito ou coligação/partido foi reeleito.
	0	O prefeito ou coligação/partido não foi reeleito.

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Foram estabelecidas variáveis de controle que irão auxiliar na explicação dos gastos públicos. A *dummy* GOV assume o valor 1 se o prefeito pertencer à mesma coligação do governo do estado e o valor 0, caso não pertença. As variáveis *dummies* que representam as cinco regiões brasileiras teve o Sudeste como categoria de referência por possuir maior número de municípios médios, sendo assim, serão utilizadas quatro variáveis *dummies* para as regiões.

Tabela 3: Variáveis de Controle

Nomenclatura	Descrição
GOV	<i>Dummy</i> que indica se o prefeito pertence à coligação do governador
N	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence à região Norte
NE	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence à região Nordeste
CO	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence à região Centro-Oeste
S	<i>Dummy</i> que representa se o município pertence à região Sul

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Para investigar a influência dos anos eleitorais sobre as funções orçamentárias descritas no Quadro 4, foi utilizado regressões com dados em painel balanceado, uma vez que a amostra é composta por dados seccionais (municípios) e temporais (anos). A equação 1 apresenta o primeiro modelo econométrico utilizado na pesquisa que busca explicar a influência da variável reeleição do prefeito ou coligação/partido (RPC) sobre as funções orçamentárias.

$$FO_{it} = \beta_0 + \beta_2 RPC_{it} + \beta_2 VC_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

FO_{it} = Variável função orçamentária do município i , no ano t .

RPC_{it} = Variável que indica se o prefeito ou coligação/partido foi reeleito.

VC_{it} = Variáveis de Controle.

ε_{it} = Termo de erro.

A equação 2, representa o segundo modelo econométrico utilizado para explicar a influência da variável ano eleitoral (AE) sobre as funções orçamentárias dos municípios médios brasileiros.

$$FO_{it} = \beta_0 + \beta_1 AE_{it} + \beta_2 VC_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

FO_{it} = Variável função orçamentária do município i , no ano t .

AE_{it} = Variável que indica se o ano é eleitoral.

VC_{it} = Variáveis de Controle.

ε_{it} = Termo de erro.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para avaliar a influência das eleições sobre as despesas públicas, especificamente pela ótica das funções orçamentárias, foram utilizadas *dummies* que indicam se o ano é eleitoral ou não, se o prefeito ou coligação/partido foi reeleito e também variáveis de controle. Apesar de terem sido analisados os municípios médios, estes variam de 100 a 500 mil habitantes, o que causa uma certa influência nos dados. Para expurgar essa discrepância relacionada ao porte dos municípios, a análise foi realizada através do logaritmo natural das funções orçamentárias. Tendo como variáveis de interesse o ano eleitoral e a reeleição do prefeito ou coligação/partido, o método de análise utilizado foi dados em painel por conter dados seccionais e temporais, sendo realizados dois testes com 11 regressões para cada painel, cada regressão representando uma função orçamentária.

O teste de Kolmogorov-Smirnov aponta problema de normalidade nos painéis analisados, porém segundo Gujarati (2006) o Teorema do Limite Central flexibiliza a pressuposição da distribuição normal dos dados para amostras grandes, não interferindo na consistência do modelo. Como foram analisados 187 municípios ao longo de quatorze anos,

considera-se que o problema de normalidade não impactará na qualidade dos resultados e, para corrigir este quesito, os painéis foram rodados com erro-padrão robusto. O teste de White revela que não há problema de heterocedasticidade e o teste de Chow aponta que não há quebra estrutural nos painéis. Já os testes de diagnóstico do painel revelam a existência de efeito fixo.

O primeiro teste foi feito para verificar se a reeleição do prefeito ou coligação/partido (RPC) impacta nas despesas orçamentárias. Para isto, foram utilizados apenas dados dos anos eleitorais (2004, 2008, 2012 e 2016), tendo como variáveis de controle GOV (prefeito pertence a mesma coligação do governador) e as regiões.

Conforme os resultados, observou-se que a variável RPC foi significativa nas funções administração ao nível de 10% e assistência social e urbanismo com 5%, ambas com sinal positivo, que significa que os prefeitos reeleitos aplicaram um percentual maior de recursos nestas funções. Já a variável de controle GOV apresentou significância nas funções educação e cultura ao nível de 10% e desporto e lazer ao nível de 5%, tendo elas o sinal negativo, ou seja, os prefeitos reeleitos que pertencem a mesma coligação do governador apresentam despesas menores nestas funções.

O resultado do alinhamento político com o governo estadual corrobora com o encontrado por Sakurai (2009), que ao analisar as funções educação e cultura constatou uma influência negativa sobre estas funções quando o prefeito pertencia ao mesmo partido do governador. Queiroz (2015) analisou a probabilidade de recondução dos partidos através da composição dos gastos públicos, chegou a conclusão que os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram um percentual maior de recursos em gastos finalísticos e reduziram despesas administrativas.

Com relação às variáveis que correspondem as regiões salienta-se que a região sudeste, por conter o maior número de municípios da amostra, foi escolhida como categoria de referência. A tabela 4 demonstra os sinais encontrados nestas relações. O resultado indica quais regiões, em comparação com o sudeste, estão mais propensas a sofrer influência positiva ou negativa, em determinadas funções, cujo os prefeitos foram reeleitos.

Tabela 4: Sinais encontrados nas regiões nas relações com a variável RPC

Regiões	ADM	SEG	ASS	SAU	EDU	CUL	DCI	URB	AGR	TRA	DEL
N	NS	NS	NS	NS	NS	NS	+	NS	+	+	NS
NE	NS	-	NS	NS	NS	NS	NS	NS	+	NS	NS
CO	-	-	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	NS	-
S	-	NS	NS	-	-	NS	+	NS	+	NS	NS

Nota: Os símbolos “-”, “+” e “NS” representam os sinais encontrados nas relações, sendo negativo, positivo e não houve significância, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para testar o ano eleitoral foram utilizadas variáveis de controle que representam as regiões brasileiras. A variável independente ano eleitoral (AE) foi insignificante em todas as funções, conforme mostrado na tabela 7, vindo a corroborar parcialmente com o estudo de Silva *et al.* (2017) que analisou a influência dos mandatos eleitorais sobre as despesas orçamentárias dos estados brasileiros entre os anos de 2003 a 2014, seus resultados apontaram que a variável que representava o primeiro mandato em ano eleitoral, apresentou influência positiva sobre as funções urbanismo e transporte. Porém, tal análise pode ter apresentado resultado um pouco divergente pelo fato de terem sido analisados entes diferentes, pois este estudo analisa os municípios enquanto Silva *et al.* (2017) analisou os estados.

O fato de não ter dado significativo para o ano eleitoral pode ser explicado por terem sido testadas as despesas por função, pois estas são menos suscetíveis a variações, uma vez que o gestor pode investir mais em alguns grupos de natureza da despesa e menos em outras, como por exemplo, investir mais em obras e reduzir as despesas com pessoal, mantendo assim a função orçamentária relativamente em equilíbrio.

Esses achados corroboram com Klein e Sakurai (2015) pois ao analisarem o comportamento fiscal dos prefeitos de primeiro e segundo mandato durante os anos eleitorais, encontraram resultados que demonstram que durante as eleições os prefeitos reduzem as despesas correntes e aumentam as despesas de capital. Os municípios não apresentaram diferenças entre os resultados orçamentários e despesas totais, ou seja, os prefeitos alteraram os gastos públicos sem comprometer a gestão fiscal dos municípios.

A tabela 5, demonstra os sinais encontrados na relação das demais regiões em comparação com a região de referência, o sudeste. Os sinais apontam em contraste com o sudeste, em ano eleitoral, quais funções tendem a ser influenciada positivamente (+), negativamente (-) e as que não houveram significância (NS).

Tabela 5: Sinais encontrados nas regiões com a variável AE

Regiões	ADM	SEG	ASS	SAU	EDU	CUL	DCI	URB	AGR	TRA	DEL
N	NS	-	NS	NS	NS	NS	+	NS	+	+	-
NE	-	-	NS	NS	-	-	NS	-	+	-	-
CO	-	NS	NS	NS	-	-	NS	NS	NS	+	-
S	-	+	NS	NS	-	NS	NS	-	+	+	NS

Nota: Os símbolos “-”, “+” e “NS” representam os sinais encontrados nas relações, sendo negativo, positivo e não houve significância, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A seguir, a tabela 6 demonstra os resultados acerca da influência da reeleição do prefeito ou coligação/partido sobre as despesas orçamentárias, sendo utilizadas variáveis de controle GOV (prefeito pertence ao mesmo partido do governador) e as variáveis que representam as regiões. A região sudeste foi excluída da tabela por representar a variável de referência, visto que nela está contido o maior número de municípios médios do Brasil.

A tabela 7 mostra a influência da variável ano eleitoral sobre as despesas orçamentárias dos municípios médios brasileiros, tendo como variáveis de controle as regiões brasileiras.

Tabela 6: Influência da reeleição do prefeito ou coligação/partido sobre as despesas orçamentárias

Variáveis	ADM	SEG	ASS	SAU	EDU	CUL	DCI	URB	AGR	TRA	DEL
Constante	17,6324***	12,2410***	15,6821***	17,8883***	18,1491***	14,3695***	3,26062***	16,9424***	7,38203***	9,88147***	14,4068***
RPC	0,100948*	-0,279726	0,176136**	0,162921	0,0425689	0,0614866	0,447368	0,433867**	0,502627	-0,530557	0,266250
GOV	-0,104173	-0,733299	-0,0805258	-0,169033	-0,127846*	-0,420067*	-0,282248	-0,347056	0,581503	0,869794	-0,608442**
N	-0,0718108	-2,00763	-0,00726171	-0,0999503	-0,151746	0,470835	4,16140**	-0,391659	8,14587***	6,37548***	-1,46528
NE	-0,377123	-5,80777***	-0,204366	0,123376	-0,232960	-0,0803049	1,18571	-0,767275	2,72337*	-1,81407	-1,34614
CO	-0,648270***	-5,33644***	-0,0335815	-0,0297312	0,0286287	0,0530741	0,941258	-0,376931	3,09340	2,10782	-1,76293***
S	-0,699662***	1,70999	-0,374149	-0,468752**	-0,483730***	-1,43680	4,24276*	0,0525881	4,21504***	-0,454024	-0,734213
R ²	0,513794	0,471589	0,401863	0,357389	0,397552	0,337754	0,339512	0,308944	0,398078	0,358895	0,405217
Teste F	5,31586	4,86048	1,43709	3,05495	2,93769	1,00322	1,52048	1,13579	5,8944	6,76859	2,45281

Nota: Os símbolos *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Tabela 7: Influência do ano eleitoral sobre as despesas orçamentárias

Variáveis	ADM	SEG	ASS	SAU	EDU	CUL	DCI	URB	AGR	TRA	DEL
Constante	17,4227***	11,8600***	15,6491***	17,8871***	18,0447***	14,2100***	4,53033***	17,0853***	8,06149***	9,79157***	14,4323***
AE	0,254468	-1,57324	-0,0625970	0,0597806	0,0128147	0,0965859	1,04051	0,118223	1,38007	-0,460411	-0,175285
N	-0,0673643	-2,97440***	0,280648	0,148634	0,00907051	-0,0860581	2,51756***	0,0326036	5,43068***	4,33597***	-0,873318**
NE	-0,408651***	-5,57789***	-0,0773295	-0,152881	-0,280528***	-0,547630**	-0,570840	-0,638776***	1,64411***	-1,33202***	-1,32480***
CO	-0,351843***	-0,791153	-0,147510	-0,0363107	-0,165041**	-1,01107***	-1,06094	-0,0947020	0,0905509	2,43552***	-0,879652**
S	-0,324178***	2,49281***	0,0705694	-0,114974	-0,225531***	-0,299570	0,741926	-0,724678***	4,50012***	1,28704**	0,162863
R ²	0,353109	0,325688	0,210246	0,224741	0,346202	0,158991	0,135784	0,125751	0,216474	0,153271	0,223006
Teste F	12,5047	39,2475	0,974064	1,2819	7,29472	2,74002	3,02347	2,50832	38,3804	33,7374	5,20477

Nota: Os símbolos *, ** e *** representam significância estatística a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com os resultados, observou-se que o ano eleitoral não impactou nas despesas orçamentárias, portanto foi feito um teste de média com o objetivo de verificar se há diferença estatística entre as médias das despesas orçamentárias nos anos eleitorais e nos anos não eleitorais. A análise mostrou que houve uma diferença de média apenas na função administração, ou seja, o ano eleitoral interferiu nas médias desta despesa, porém, o resultado das demais funções confirmaram os dados analisados no painel, conforme tabela 8.

Tabela 8: Teste de Média

Testes	ADM	SEG	ASS	SAU	EDU	CUL	DCI	URB	AGR	TRA	DEL
Média AE*	17,394	10,689	15,618	17,818	17,974	13,961	4,655	16,828	9,762	10,034	13,718
Média ASE**	17,280	10,489	15,550	17,786	17,915	13,974	4,599	16,767	9,790	9,776	13,700
Variância AE*	0,705	41,389	1,982	2,576	1,510	6,884	36,155	5,646	37,562	48,245	9,896
Variância ASE**	1,204	40,926	1,955	1,691	0,966	6,030	35,493	4,044	36,224	47,869	8,945
Stat t	-2,560	-0,721	-1,124	-0,541	-1,279	0,128	-0,215	-0,663	0,107	-0,863	-0,138
P (T<=t) uni-caudal	0,005***	0,235	0,131	0,294	0,100	0,449	0,415	0,254	0,457	0,194	0,445

Nota: *AE: Ano eleitoral; **ASE: Ano sem efeito eleitoral; *** Significância estatística a 1%. Foram realizadas 748 observações em anos eleitorais e 1.870 em anos sem efeito eleitoral.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este estudo objetivou analisar a influência que os anos eleitorais causam sobre as funções orçamentárias nos municípios médios brasileiros. A amostra foi composta por 187 municípios brasileiros de médio porte (76,33% do universo total dos municípios médios brasileiros) nos anos de 2003 a 2016, representando quatro ciclos eleitorais, não limitando aos gastos apenas em anos eleitorais, mas sim, durante todo o mandato do prefeito. Para isto foram utilizadas duas regressões com dados em painel com efeitos fixos.

No primeiro painel, os resultados constataram que os prefeitos ou partidos reeleitos apresentaram despesas maiores nas funções administração, assistência social e urbanismo. Isto talvez se dê pelo fato de que ao ser reeleito os gestores tenham que cumprir algumas promessas eleitorais, tais como: aumento na contratação de pessoal, assistencialismo à população. Em segundo lugar, o fato de o prefeito reeleito pertencer a mesma coligação do governo estadual, impactou negativamente nas funções educação, cultura e desporto e lazer. O que corrobora com os achados de Sakurai (2009), que constatou uma influência negativa sobre as funções educação e cultura quando o prefeito pertencia ao mesmo partido do governador. Segundo o autor, esta influência deveria ser nula, uma vez que os recursos para as despesas nestas áreas são oriundos de transferências constitucionais, o que independeria de influência política. Porém, os resultados podem indicar que, o fato de os prefeitos estarem alinhados ao governo estadual, faz com que os mesmos busquem através do legislativo uma forma de canalização destes recursos por parte do governo estadual.

Ao averiguar a análise do impacto dos anos eleitorais sobre as funções orçamentárias, observa-se um resultado nulo em todas as funções, ou seja, o fato de ser ano eleitoral não impactou positiva nem negativamente as funções orçamentárias. Este resultado pode ser explicado pelo motivo de que as despesas foram classificadas por funções, onde dentro de uma mesma função o gestor pode investir mais em um grupo de despesa e menos em outro, tornando a função equilibrada e menos suscetível a variações.

Os achados desta pesquisa divergem parcialmente com os achados de Queiroz (2015) que, ao analisar a influência das funções orçamentárias nos anos eleitorais dos municípios fluminenses, encontra que nem todas as funções obtiveram significância e, com relação a probabilidade de recondução do partido, observou que os municípios cujos partidos foram reconduzidos aplicaram um percentual maior de recursos em gastos finalísticos e reduziram despesas administrativas. Klein e Sakurai (2015) encontraram

também evidências de que os prefeitos alteram a composição dos gastos públicos em períodos eleitorais maximizando despesas mais visíveis, aumentando gastos direcionados.

Desta forma, verificou-se indícios de que há evidências da existência de ciclos políticos para o período em análise, pois apesar de não ter sido constatado influência significativa do ano eleitoral na composição dos gastos, os resultados apontam manipulação das funções orçamentárias: administração, assistência social e urbanismo quando há reeleição do prefeito ou da coligação, isso significa que os prefeitos tendem a manipular a composição das despesas públicas com o objetivo de suprir seus próprios interesses políticos e eleitorais.

Esta pesquisa está restrita aos municípios médios brasileiros, as análises aqui apresentadas podem não representar a realidade dos municípios de pequeno e grande porte brasileiros. O estudo está restrito aos dados dos anos de 2003 a 2016, então não se pode afirmar que as evidências aqui apresentadas são comuns nas eleições municipais anteriores. A pesquisa limita-se também a onze funções orçamentárias, as quais apresentaram maiores evidências de manipulações em estudos anteriores, porém pode-se estudar como anda a realidade das demais funções orçamentárias atualmente.

Para pesquisas posteriores, sugere-se repetir a pesquisa nos municípios médios, porém utilizando as despesas por Grupo de Natureza de Despesas e não por função, uma vez que os Grupos de Natureza de Despesas são mais sensíveis a manipulações. Sugere-se também, compor amostras de municípios de grande porte e de pequeno porte para comparações futuras, tornando possível identificar características dos prefeitos dos municípios de portes distintos.

REFERÊNCIAS

ARVATE, P. R.; MENDES, M.; ROCHA, A. Are voters fiscal conservatives? Evidence from Brazilian municipal elections. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 67-101, 2010.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.

BRASIL, **Portaria Ministerial MOG nº 42**, de 14 de abril de 1999 – Publicada no DOU de 15 de abril de 1999 – Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan. Where does the political budget cycle really come from? **CEPR Discussion Papers**, n. 4049, 2003.

BRENDER, A.; DRAZEN, A. How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. **The American Economic Review**, v. 98, n. 5, p. 2203-2220, 2008.

Brun-Martos, M. I.; Balaguer-Coll, M. T. El efecto del gasto público sobre las posibilidades de reelección de los gobiernos locales. **Revista de Contabilidad**, n. 16 p. 74-80, 2013.

CARVALHO, F. A. A.; OLIVEIRA, K. V. **A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos**: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 1, p. 46-64, 2009.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FIALHO, T. Ciclos políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, p. 131-149, 1999.

GUJARATI, Damodar. **Econometria básica**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HIBBS JUNIOR., D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, 1977.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21- 36, 2015.

KLOMP, J.; HAAN, J. **Political budget cycles and election outcomes**. *Public Choice*, v. 157, p. 245-267, 2013.

MORAIS, Lívia Maria Freire de. **Ciclo político no índice de gasto com pessoal: um estudo nos municípios paraibanos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró-RN, 2016.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 3-24, 2010.

NORDHAUS, W. D. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

PELTZMAN, S. Voters as fiscal conservatives. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 2, p. 327-361, 1992.

QUEIROZ, D. B. **Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros**. 2015. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, Natal, 2015.

QUEIROZ, D. B.; ARAÚJO, A. O.; MORAIS, L. M. F.; SILVA, V. K. R. Composição do Gasto Público e Resultados Eleitorais: Um Estudo nos Municípios Nordestinos no ano de 2012. **Recont – Registro Contábil**, v. 6, p. 38-56, 2015.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-26, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.

SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.

SAKURAI, S. N. **Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros**: Uma Análise para o Período 1990-2005, via Dados em Painel. Estudos Econômicos, v. 39, p. 39-58, 2009.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. **Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities**. Public Choice, v. 137, p. 301-314, 2008.

SILVA, V. K. R.; JÚNIOR, A. E. X.; MORAIS, L. M. F.; SOUZA, A. G. S. F. **Mandatos eleitorais e ciclos políticos orçamentários**: um estudo nas funções orçamentárias dos estados brasileiros. XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2017.

SOUZA, Arthur Guilherme Silva Ferreira de. **Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais**: Um estudo nos municípios do nordeste brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró-RN, 2016.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. **Political business cycles at the municipal level**. Public Choice, v. 131, p. 45-64, 2007a.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**. v. 25, p. 63-77, 2009.

VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, p. 106-126, 2012.